
ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

ANAI S

III SÉRIE

VOLUME 5



LISBOA  MMXIX

Ficha técnica:

Título

Anais, III Série, Volume 5

Coordenação geral e revisão de texto

Prof.^a Doutora Maria de Fátima Reis

Processamento de texto

Paula Mendonça

Execução gráfica

Clássica, Artes Gráficas

Tiragem

300 Exemplares

© Academia Portuguesa da História

Depósito legal

77874/94

ISBN

978-972-624-222-2

NOS 150 ANOS DA PUBLICAÇÃO DA OBRA
DE CHARLES DARWIN “ON THE ORIGIN OF
SPECIES”: A INVESTIGAÇÃO DA ANTIGUIDADE
DO HOMEM NO PORTUGAL DE OITOCENTOS

COMUNICAÇÃO APRESENTADA EM SESSÃO ORDINÁRIA

DE 17 DE MARÇO DE 2010

PELO

Académico de Número

JOÃO LUÍS CARDOSO



Com a descoberta do Novo Mundo, a velha Europa teve os primeiros contactos com populações com costumes bem mais primitivos que os seus, o mesmo se verificando com a África negra. Dispondo de termos de comparação directos, observados e descritos pelos viajantes, começou a despontar, nas elites renascentistas, a ideia da existência de uma Humanidade europeia primitiva, anterior à época Clássica, aliás patente nos enigmáticos monumentos do Egipto faraónico, já antigos no tempo dos Gregos. Embora os séculos XVI e XVII correspondam ainda a uma época de total desconhecimento da Pré-História, a redescoberta das civilizações clássicas levou à leitura de autores como Lucrécio, que já indicava uma idade em que depois da utilização da pedra, se tinha descoberto o uso do bronze e, finalmente o do ferro, para a confecção de armas e utensílios. É também no sentido de atribuir uma alta antiguidade, por vezes sacralizada, aos instrumentos líticos, que autores romanos referem o uso de instrumentos de sílex: Tito Lívio afirma que, antes de combaterem, os Horácios procediam a um ritual onde o animal a imolar era retalhado por sílices; e Heródoto menciona facas de sílex, utilizadas nos embalsamamentos egípcios; a própria Bíblia fala do uso de facas especiais de sílex utilizadas na prática da circuncisão. Neste mesmo sentido, começam a produzir-se obras sobre as então consideradas mais recuadas provas da humanidade primitiva. É o caso da *Metalloteca Vaticana*, da autoria de Mercati (1541-1593), director do Jardim Botânico do Vaticano, escrita em 1535 mas apenas impressa em 1717 (MERCATI, 1717), na qual se apresenta, pela primeira vez, uma terminologia erudita aplicada às indústrias líticas pré-históricas; assim, o termo *Ceraunea cuneata* referia-se aos machados de pedra e o de *Ceraunea vulgatis* às pontas de flecha. É nessa linha de trabalho, que também se insere a obra do padre jesuíta Lafitau, um estudo comparativo entre os artefactos dos índios norte-americanos e os dos

primeiros tempos da Humanidade europeia, descritos pelos autores antigos (LAFITAU, 1724).

Um ano antes (1723), Jussieu apresentou uma Memória à Academia Real das Ciências de Paris intitulada *Da origem e utilização das Pedras de Raio*. Por “Pedras de Raio” eram e ainda hoje são designados, pelas gerações campesinas mais antigas do nosso País, os machados de pedra polida, que acreditam caídos do céu, correspondendo à ponta do raio, cuja força do impacto os escondeu na terra, onde são frequentemente recuperados no decurso dos trabalhos agrícolas. É nesta obra que, verdadeiramente, são lançados os fundamentos para uma tipologia comparada de tais artefactos, concluindo o autor que a Europa já havia sido habitada por populações que fabricavam armas e utensílios iguais aos ainda então em uso no Novo Mundo, correspondendo-lhes, por isso, estádios civilizacionais comparáveis.

Outros autores franceses do século XVIII também se distinguiram na procura do conhecimento das raízes mais longínquas do passado histórico da Europa, tomando como comparação a realidade etnológica oferecida pelos povos primitivos, à época cada vez melhor conhecidos: é o caso de Mahudel, que alargou a classificação dos utensílios pré-históricos para sete tipos ou variedades. É a fase dos pioneiros e dos coleccionadores de antiguidades, muito influenciados pelos escritores clássicos e pela cronologia bíblica nas suas interpretações do passado pré-histórico europeu: ainda que tivessem presentes os princípios da Etnologia comparada, conducentes a trabalhos inovadores como os referidos, faltava-lhes o suporte científico, sem o qual não passavam de meros exercícios especulativos, mais ou menos eruditos. Neste âmbito se incluem as explicações avançadas para os estranhos monumentos megalíticos existentes na Europa atlântica, cuja autoria, completamente desligada da memória dos homens, foi atribuída, ao longo dos séculos XVI a XIX, aos povos célticos e, em particular, a altares ou recintos sagrados, destinados a cerimónias religiosas conduzidas pelos druidas.

Alguns portugueses do século XVIII também não foram indiferentes aos testemunhos pré-históricos, embora dessem, como seria de esperar, maior importância aos vestígios da antiguidade clássica, mais fáceis de identificar e de estudar, proporcionando, além disso, fértil campo para cultivar e desenvolver os mais diversos e eruditos considerandos, por vezes fantasiosos, sobre tais vestígios.

Jerónimo Contador de Argote publicou, no segundo volume das suas “Memórias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga” (ARGOTE, 1734), bela gravura sobre cobre, representando, ao gosto barroco da época, um painel insculturado, com representações artísticas esquemáticas e abstractas,

patente em uma rocha sobre o Douro no “termo da villa de Anciaens”. Trata-se da célebre estação de arte rupestre do Cachão da Rapa, referenciada pela primeira vez pelo Padre António Carvalho da Costa no volume 1 (1706), p. 436, da sua célebre “Chorografia portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal” (COSTA, 1706/1712), sendo, sabemos-lo hoje, integrável no ciclo artístico esquemático do Calcolítico/Idade do Bronze da região galaico-portuguesa. A estação, que se julgava perdida depois de ter sido de novo registada graficamente em meados do século XIX, foi redescoberta por J. R. dos Santos Júnior e por este, finalmente, adequadamente publicada (SANTOS JÚNIOR, 1934).

Esta gravura setecentista corresponde à primeira representação da arte pré-histórica europeia; só isso, para além da sua beleza artística, justificaria que fosse internacionalmente conhecida, como merece; o esquecimento verificado explica-se, como em outros casos, pela periférica posição de Portugal no âmbito da circulação de ideias científicas, desde o século XVII até aos nossos dias. A rocha em causa, adquiriu celebridade entre a elite letrada da época, logo após ser dada a conhecer por Carvalho da Costa: assim, em 1719, foi descrita por Cristóvão Jesão Barata, na sua “Recreação proveytofa”, obra de divulgação de conhecimentos científicos, apresentados, muito ao gosto do “século das luzes”, por três amigos que entre si discorriam sobre os mais diferentes assuntos. No caso, é por Teodósio que o autor transmite a informação: “melhor sera (...) convertermos os olhos para aquella celebre, & grande lage, que está no sitio do Cachaõ junto ao Douro. Nella se vem certas pinturas negras, & vermelhas matizadas pela disposiçã de Xadrez, & em dous quadros, com huns sinaes, & riscos malformados, que de tempo immemoravel se conservaõ da mesma forma; & dizem os naturaes, que estas pinturas se envelhecem humas, & renovaõ outras. Vede que prodigio” (BARATA, 1719, p. 257, 258).

Portugal dispunha, então, de uma Academia Real dedicada aos estudos históricos, a Academia Real da História Portuguesa, fundada em 8 de Dezembro de 1720 por D. João V, uma das mais antigas da Europa no seu género, com o objectivo de realizar “a Historia Ecclesiastica destes Reynos, e depois tudo o que pertencer a Historia delles, e de suas Conquistas”. A Academia funcionou com grande pujança, vindo porém a sua actividade a decair, cessando as manifestações publicas ao longo da segunda metade do século XVIII, sem, no entanto, jamais se declarar oficialmente extinta.

Logo no ano seguinte ao da criação, a 17 de Agosto de 1721, é publicado um “Alvara de Ley” que previa a obrigação de, tanto as entidades privadas como públicas, com destaque para as Câmaras Municipais, promoverem a

defesa e salvaguarda de bens patrimoniais móveis e imóveis, desde que com interesse para a História pátria, incluindo os da antiguidade”. Assim, nele se determinava o seguinte:

“... que daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrúa em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estatuas, marmores, e cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Phenices, Gregos, Romanos, Goticos e Arabicos; ou laminas, ou chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres; como outro-si medalhas, ou moedas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o reynado do Senhor Rey D. Sebastião.”

Tais disposições, como é evidente, não abrangiam os testemunhos pré-históricos, ainda então completamente desconhecidos como tal: a maior antiguidade do nosso território é atribuída à presença fenícia. No documento “Reflexoens sobre o estudo Academico”, datado de Lisboa de 18 de Dezembro de 1720, estabelecia-se que as matérias seriam divididas pelos académicos por ordem cronológica, “escrevendo o primeiro as memorias da antiga Lusitania até a Conquista dos Romanos...”. Com o objectivo de se recolherem informações de todo o reino sobre as matérias do âmbito académico, organizou-se um extenso questionário, cujas respostas deveriam ser enviadas ao Secretário da Academia.

Os resultados que entretanto se obtiveram, no respeitante à que hoje se reporta à Pré-História, foram em parte objecto de uma memória, publicada em 1733, de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, sobre as antas, que atribuiu a altares (PINA, 1733). Resultantes de uma comunicação à Academia. No ano seguinte, o Padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro apresentou à Academia um inventário de 315 monumentos desse tipo, o qual infelizmente se perdeu.

2. Na madrugada de uma nova ciência

Depois da publicação, no ano de 1733, da memória sobre as antas, do Académico Martinho de Mendonça de Pina, foi preciso esperar mais de 120 anos para que o estudo dos vestígios da época pré-histórica fosse retomado em Portugal, agora de forma sustentada e por via de especialistas já devidamente apetrechados. Com efeito, logo no início do século XIX despontou, com bases científicas, a Geologia, ciência nova vocacionada para o estudo da Terra e para o conhecimento das características e antiguidade

dos seres vivos que a habitaram, com base nos vestígios conservados nos terrenos. Contudo, os próprios dados geológicos observados em diversos países, tanto do Velho como do Novo Mundo, serviram, inicialmente, de argumento para rebater a ideia de uma alta antiguidade da espécie humana. Os mais sólidos considerandos nesse sentido foram aduzidos por Cuvier, que demonstrou que os restos supostamente humanos (conforme julgava Scheuchzer) pertencentes a uma vítima do Dilúvio Universal, encontrado no século XVIII nos calcários mesosóicos dos Alpes suíços – o *Homo diluvis testis* – pertenciam na verdade a uma salamandra. Cuvier, que se notabilizou pelas reconstituições anatómicas de espécies extintas há muitos milhões de anos, com base nas suas semelhanças anatómicas com animais vivos, lançando assim as bases da Anatomia Comparada (CUVIER, 1812), postulou que a evolução da crosta terrestre fora pautada por curtos períodos de convulsões generalizadas, interrompendo longas épocas de acalmia (a teoria catastrofista), muito anteriores à presença do Homem, visto que, de entre os milhares de restos observados oriundos de camadas geológicas anteriores às da época actual, jamais reconheceu um, que se pudesse atribuir à espécie humana. Na sexta edição da sua obra mais conhecida, “Discours sur les révolutions de la surface du Globe”, editada ainda em vida do Autor, este é claro a tal respeito (CUVIER, 1830, p. 135, 136):

“Il est certain qu’on n’a pas encore trouvé d’os humains parmi les fossiles (...). Je dis que l’on n’a jamais trouvé d’os humains parmi les fossiles, bien entendu parmi les fossiles proprement dits, ou, en d’autres termes, dans les couches régulières de la surface du globe; car dans les tourbières, dans les alluvions, comme dans les cimetières, on pourrait aussi bien déterrer des os humains que des os de chevaux ou d’autres espèces vulgaires (...); mais dans les lits qui recèlent les anciennes races, parmi les palaeothériums, et même parmi les éléphants et les rhinocéros, on n’a jamais découvert le moindre ossement humain.”

Nestes termos, facilmente se compreende a polémica que estalou em França, onde a autoridade de Cuvier era indiscutível, quando se pretendeu, pela primeira vez, comprovar a antiguidade da espécie humana, pela associação de produtos da sua actividade – os artefactos talhados em sílex – com restos de espécies extintas, nos depósitos aluviais do vale do Somme, perto de Abbeville, onde, por essa mesma época, começaram a ser recolhidos em grande quantidade. Com efeito, tais peças ocorriam associadas a restos de espécies extintas – precisamente elefantes e rinocerontes, entre outras, realidade que, poucos anos antes, fora negada por Cuvier – primeiro por Casimir Picard, logo depois por Boucher de Perthes, que se pode considerar

verdadeiramente o primeiro pré-historiador; este justo título baseia-se na sua monumental obra, “Antiquités celtiques et antédiluviennes”, na qual, a par de reproduções fantasistas de artefactos supostamente talhados, apresentou outros inquestionavelmente afeiçoados, retirados das camadas geológicas onde jaziam (BOUCHER de PERTHES, 1847-1864).

Face a estes resultados, a Academia das Ciências de Paris decidiu nomear uma comissão, a qual, não obstante as diligências de Boucher de Perthes, nunca se deslocou ao terreno. O empenho deste não esmoreceu. Em 1859, uma delegação de geólogos ingleses visitou os locais em causa e, de impugnadores, passam a defensores das descobertas; entre eles destaca-se Charles Lyell, que, depois de ter publicado os “Principles of Geology (1ª. Edição, 1833), que o celebrou, deu à estampa outra obra directamente ligada à discussão da antiguidade do Homem, “The geological evidences of the antiquity of Man” (LYELL, 1863), em resultado de muitas observações que compilou, tanto pessoais, como obtidas por outros geólogos e naturalistas. Ainda em 1859, Albert Gaudry apresentou à Academia das Ciências de Paris uma comunicação em que admitiu a coexistência do Homem com espécies extintas, cujos restos apareciam associados; uma evidência, para nós hoje incontroversa, arrastar-se-ia de modo inconclusivo, nos meados do século XIX, tendo suscitado a mais viva das polémicas e ocupado os mais brilhantes especialistas de então. A esta discussão, não era estranha a publicação, no final do ano de 1859, da célebre obra de Charles Darwin, “On the origins of species by means of natural selection” (DARWIN, 1859). Em Portugal, ainda no último quartel do século XIX se publicava, com o patrocínio do clero conimbricense, obra que negava a simples existência do Homem Pré-Histórico (AZEVEDO, 1889), bem como a das três Idades, da Pedra, do Bronze e do Ferro, já há muito claramente demonstradas por Thomsen em 1837.

Como declarou Carlos Ribeiro (RIBEIRO, 1873, p. 3), a propósito desta questão,

“Ainda em 1860 a Academia Real das Ciências de Paris se assustou por tal fôrma com a nota que lhe apresentára o respeitável paleontologista E. Lartet sobre a antiguidade geologica da especie humana, que se absteve de a publicar, e apenas consentiu que nos seus compte-rendus se fizesse menção do título.”

Em 1863, um fragmento de mandíbula humana foi encontrada na base de um corte nos depósitos de terraço do vale do Somme em Moulin-Quignon, perto de Abbeville (PERTHES, 1864); este achado assumia, assim, importância primordial, pois era o primeiro resto humano que poderia demonstrar, de forma

directa, a antiguidade da espécie humana, caso se confirmasse pertencer à camada geológica onde foi recolhido, assunto que constituiu polémica, como seria previsível.

Poucos dias depois de efectuado o achado, Boucher de Perthes acompanhou uma alta personalidade inglesa (que não identifica) ao local do achado, tendo esta declarado:

“Je crois à votre fossile et vous félicite de tout mon coeur de cette découverte, mais ne vous flattez pas qu’elle passera facilement en Angleterre: la science peut y admettre l’ancienneté de l’homme, mais notre public n’en veut pas, et chez nous le public a toujours raison, même contre la science. Préparez-vous au combat” (PERTHES, 1864, p. 30).

Com efeito, como o próprio declara (*op. cit.*, p. 50, 51), uma coisa era a descoberta de artefactos lascados, cuja idade ninguém sabia precisar, mesmo quando associados a restos de animais extintos. Outra coisa, completamente diferente, era a descoberta de um resto humano num depósito que fora situado numa idade ante diluviana. Com efeito, o Times, seguindo a opinião pública, declarou a mandíbula como recente, pondo em causa as conclusões a que chegaram os eminentes geólogos ingleses Falconer, Prestwich, e John Evans que, após a apreciação *in loco* dos achados de artefactos líticos, feita em 1859, anteriormente à descoberta da mandíbula, se declaram a favor da sua antiguidade e autenticidade.

A importância do novo achado discutido justificou a reunião, em Paris, e depois em Abbeville, no próprio local, de uma comissão constituída pelos mais eminentes académicos franceses e ingleses, cujos nomes são conhecidos (*op. cit.*, p. 61, nota infrapaginal).

De Quatrefages, prestigiado membro do Instituto, considerou-a da mesma época dos depósitos onde jazia, e manteve tal posição ao longo dos debates, reunindo consenso dos seus colegas franceses, incluindo Milne-Edwards, o relator do processo verbal da sessão realizada na Academia das Ciências de Paris a 18 de Maio de 1863, ao contrário da generalidade dos britânicos, que negaram a autenticidade tanto da mandíbula, como das peças líticas provenientes da camada negra onde aquela foi encontrada. Assim, enquanto a comunidade científica francesa aceitava a autenticidade das descobertas de Boucher de Perthes, os sábios ingleses recuaram, como Prestwich, Busk, Evans, Carpenter e Falconer. Não existindo consenso, decidiu a comissão deslocar-se de imediato a Moulin-Quignon, para ali continuar a discussão.

A apreciação feita directamente das condições do achado, conjuntamente com diversos paleontólogos franceses que quiseram associar-se ao grupo, como de Vibraye, Gaudry, e Bourgeois, envolveu o alargamento, por sectores verticais, da escavação já existente. Tal procedimento conduziu à recolha de cinco artefactos *in situ*, cuja autenticidade não foi posta em causa por ninguém, concluindo-se unanimemente que dadas as condições da realização da escavação, seria impossível qualquer introdução de tais objectos nas camadas onde jaziam. Por outro lado, verificou-se que o sedimento arenoso acinzentado que preenchia o fundo do alvéolo onde se conservava o único dente da mandíbula, era semelhante a fino leito dessa mesma cor situado poucos centímetros acima da camada negra onde aquela jazia, concluindo-se que tal fenómeno tiraria ao argumento anteriormente apresentado por alguns membros da comissão no sentido da mandíbula ser originária de outro local. Assim, apesar de, na altura, não se ter recolhido mais nenhum resto humano, a comissão, por unanimidade concluiu que a mandíbula jazia em um nível geológico que não tinha sido remexido, cuja alta antiguidade era comprovada pelos achados das peças líticas recuperados pelos próprios membros da comissão. Milne Edwards, concluiu assim o seu relatório, do seguinte modo:

“La nouvelle découverte de M. Boucher de Perthes pourra donc, sans contestation ultérieure, prendre place à côté de celles de Schmerling, de Tournal, de M. Lartet, de M. de Vibraye, et des autres paléontologistes qui ont constaté précémente des faits du même ordre” (MILNE-EDWARDS, 1863).

Eis como um rotundo erro científico, se veio a revelar, afinal, altamente favorável ao progresso dos conhecimentos da ciência nascente, pela motivação acrescida que conferiu aos investigadores, incitando-os a intensificarem as pesquisas de terreno e a publicação dos respectivos resultados.

No entanto, pouco tempo volvido, a descoberta começou a levantar dúvidas por parte de eminentes geólogos. Charles Lyell, em adenda à sua obra “*The antiquity of Man*”, publicada em 1863, no mesmo ano da identificação da mandíbula, que por tal razão nele não é referida, considerou, logo no ano seguinte, que não estavam reunidas todas as condições para atribuir autenticidade à mandíbula de Moulin Quignon: “Le doute émis par plusieurs géologues anglais, qui ont visité Abbeville depuis que le véritable état du fossile en question a été discuté, me semble tout à fait naturel” (LYELL, 1864, p. 19).

Talvez a polémica que se instalara em Inglaterra em finais de 1859, aquando da publicação da célebre obra de Charles Darwin atrás referida influenciasse de início os sábios ingleses: a opinião pública, em parte instigada pela Igreja

Anglicana, constringia a comunidade científica, e, apesar de aqueles depois se terem rendido às supostas evidências de terreno, tinham de início razão, nas dúvidas expressas na memorável reunião no Muséum de Paris, visto a mandíbula de Moulin-Quignon ser uma mistificação, da qual foi vítima, em primeira mão, Boucher de Perthes.

E, no entanto, a realidade arqueológica não se afigurava incompatível com a tradição bíblica, no concernente ao Dilúvio Universal. Como bem assinalou M. Farinha dos Santos (SANTOS, 1980, p. 254), “O Dilúvio existiu, reflectindo, na memória colectiva, um grande acontecimento natural que ocorreu há milénios, a última glaciação e suas esmagadoras consequências (...).”

Logo no início do período pós-glaciário, que inaugurou nova época geológica, o Holocénico: cerca de 10 000 anos atrás, o contínuo aquecimento climático provocou nova subida do nível do mar, de cerca de 40 m em apenas 2000 anos, o qual, há cerca de 8000 anos, atingia a batimétrica -20 m (DIAS *et al.*, 1997), induzindo novas perturbações na vida das populações ribeirinhas, as quais se terão conservado na memória colectiva de algumas comunidades mais atingidas do oriente mediterrâneo, dando origem ao mito diluviano. Mais recentemente, o acontecimento que ficou conhecido por “evento 8.2 Ka” está associado a uma brusca entrada de milhões de metros cúbicos de água doce no Atlântico Norte, oriunda do lago Agassi, na região dos Grandes Lagos da América do Norte, originando súbita subida do nível do mar, que, apanhando as populações ribeirinhas desprotegidas, poderá estar na origem da memória diluviana. O evento teve também consequências climáticas, originando período de frio sentido em todo o hemisfério norte.

Não se esqueça, por outro lado, que as preocupações de concatenar os progressos científicos com os dogmas da Igreja preocupou desde o início do século XIX vários membros das elites políticas liberais, e não apenas os teólogos. De entre os Portugueses daquela época que se interessaram pela discussão de tão sensível assunto, merece referência especial o Marechal-Duque de Saldanha, que, na sua obra “Concordancia das Sciencias Naturaes e principalmente da geologia com o Génesis”, publicada sucessivamente em Viena de Austria (SALDANHA, 1845) e em Roma (SALDANHA, 1863), declarou (1845, p. 48): “Mas a possibilidade de serem as regioens que o homem habitava submergidas não é uma idea nova de Cuvier, não é uma suposição gratuita; porque, se a sciencia prova evidentemente que muitas das regioens que os homens hoje habitam já foram mares, que os mares occupam agora terrenos que já foram habitados pelos homens é um factio provado pelas palavras de Moises, que clara e positivamente assim affirma no v. 3 c. 14 do

Genesis: “Todos estes Reis se ajuntáram no Valle das Arvores, aonde agora é o Mar Salgado.”

Nesta obra, o autor admitiu a existência de uma Humanidade antediluviana, que considerada aliás à luz do texto sagrado.

Data também dessa época a afirmação da Arqueologia nos Países Nórdicos, onde os testemunhos de várias épocas se conservaram excelentemente nas turfeiras, exibindo características próprias, sem influências das culturas clássicas, uma vez que ali jamais chegaram Gregos ou Romanos. Foi, no entanto, no Norte Escandinavo, que o texto de Lucrécio, sobre a existência das três idades sucessivas na marcha da Humanidade: da Pedra; do Bronze; e do Ferro foi, pela primeira vez, cabalmente confirmado por Thomsen e estas depois subdivididas por Worsaae, tornando evidentes a qualidade e o avanço da arqueologia nórdica.

Por todo o lado, os nacionalismos encontravam-se então em plena formação. Não espanta que as descobertas arqueológicas, enquanto fornecedoras de argumentos científicos devidamente creditados por prestigiados investigadores, também fossem utilizadas para os justificar, legitimando prioridades ou diferenças, sem esquecer que os primórdios da Humanidade a todas as nações cultas dizia respeito, sendo, assim, um contributo que estas deviam prestar para viverem em comunhão com as restantes (RIBEIRO, 1873, p. 91).

3. A segunda Comissão Geológica de Portugal e os seus contributos para o conhecimento da antiguidade do Homem em solo português

O espírito que animava, também em Portugal, os pioneiros da Segunda Comissão Geológica, desde o momento da sua criação, em 1857, não diferia muito do vivido, pela mesma altura, pelos seus colegas além Pirenéus. Não ignoravam os progressos produzidos na Arqueologia além-fronteiras: disso é prova a abundante correspondência de âmbito arqueológico trocada com os seus pares (CARDOSO & MELO, 2001) e, ainda, a abundância de citações que pontua as suas obras, resultado de leituras que denotam a actualização dos seus conhecimentos.

Deste modo, os trabalhos de Carlos Ribeiro (1813-1882), Pereira da Costa (1809-1889) e Nery Delgado (1835-1908) vieram provar que, também em Portugal, à semelhança de outros países europeus onde os estudos pré-históricos tinham começado há mais tempo e se encontravam mais desenvolvidos, era possível alcançar o conhecimento de um passado humano muito para além dos documentos escritos, ou da tradição oral, apoiado nos testemunhos materiais

que nos chegaram, os quais eram então pela primeira vez retirados dos vastos arquivos das grutas e dos terrenos onde jaziam, e interpretados, tal como hoje, respectivamente, com base nos métodos estratigráfico e tipológico, nisso revelando notável modernidade.

Cabe, porém, a Nery Delgado, a autoria, em 1865, da primeira escavação arqueológica em uma gruta ocupada pelo homem pré-histórico, onde os testemunhos paleontológicos de espécies extintas aparentemente coexistiam com os arqueológicos. O rigor científico seguido por Nery Delgado, tanto na escavação como na monografia dedicada à referida gruta, designada da Casa da Moura (Óbidos), onde eram bem patentes as preocupações de sublinhar a antiguidade da presença humana ali documentada (DELGADO, 1867), ecoaram além-fronteiras. Logo no ano seguinte, os resultados apresentados na referida memória foram noticiados por Gabriel de Mortillet nos “Matériaux pour l’Histoire de l’Homme”, evidenciando a rápida difusão da publicação portuguesa pelos centros científicos mais relevantes da época (MORTILLET, 1868 a). É interessante sublinhar que o achado de um crânio humano, reproduzido por Nery Delgado (DELGADO, 1867, Pl. 1), foi devidamente valorizado pelo ilustre arqueólogo francês, sublinhando, a partir das informações de Nery Delgado que “pourrait bien être plus ancien et appartenir à l’ assise inférieure.” (MORTILLET, 1868 a, p. 59). Com efeito, caso essa situação se confirmasse, como defendeu João Zilhão, tratar-se-ia do mais antigo testemunho do Paleolítico Superior conhecido, retirando a prioridade ao Homem de Cro-Magnon, publicado apenas no ano seguinte ao do exemplar português (ZILHÃO, 1991, p. 114). Tal crânio encontra-se hoje desaparecido, dele apenas sobrevivendo um molde em gesso, realizado por Pereira da Costa para representar a Comissão Geológica na Exposição Universal de Paris de 1867, pelo que nenhuma confirmação da sua antiguidade será possível. Mercê da publicidade dada logo a esta descoberta, foi a mesma foi noticiada em obras de síntese por essa época publicadas. É o caso de W. Boyd Dawkins, na sua bem conhecida obra, “Cave Hunting, researches on the evidence of caves respecting the early inhabitants of Europe”, publicada Londres em 1874, apresenta uma desenvolvida referência não só a esta descoberta, mas aos trabalhos efectuados na gruta e principais resultados obtidos (DAWKINS, 1874).

A monografia arqueológica dedicada à Casa da Moura (DELGADO, 1867), publicada apenas um ano depois de finalizada a primeira série de intervenções ali efectuadas (1865 e 1866), cuja primeira fase se desenrolou em 1865 e 1866, conforme mostram as datadas das etiquetas apostas a algumas peças do espólio ainda hoje conservado no Museu do LNEG, desde logo

evidencia a principal preocupação do autor, aliás em sintonia com uma das questões científicas mais candentes, a que já se fez referência: a demonstração científica da antiguidade da espécie humana, através de critérios geológicos e paleontológicos. Como acima se referiu, o próprio título: “Da existencia do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas – primeiro opusculo, Noticia acerca das grutas da Cesareda”, é bem expressivo de tal preocupação, em total sintonia com o espírito dos seus colegas que, por toda a Europa, procuravam coligir provas daquela antiguidade. Nesta obra, é notório o cuidado dispensado à própria exploração, decapando os depósitos, camada por camada, prática a que não era estranha a sua formação geológica, como acontecia com a maioria dos pré-historiadores europeus da sua época: “Levantando o entulho, uma camada após outra, fácil nos foi recolher todos estes objectos, sabendo-se sempre a altura a que tinham sido achados n’um ou n’outro ponto da gruta” (DELGADO, 1867, p. 46).

Outra evidência da qualidade científica de Nery Delgado é a sua intervenção na gruta da Furninha (Peniche), cuja exploração inicial, tal como a da Casa da Moura, remonta a 1865, conforme à data das etiquetas coladas a alguns dos exemplares então recuperados, cuja técnica de escavação adoptada ainda hoje se pode considerar modelar. Tal conclusão é, com efeito, apoiada pela forma como as peças se encontram individualmente etiquetadas, com menção das respectivas camadas e profundidades de colheita, sendo ainda visíveis outras indicações, da gruta da Casa da Moura, que mostram ter sido o espaço escavado previamente dividido por quadrícula, em relação à qual foram referenciadas as peças encontradas. Desta forma, foi Nery Delgado o primeiro a registar, a nível mundial, a referência tridimensional dos achados, décadas antes de o método ter sido aplicado por Mortimer Wheeler.

Finda a segunda fase das escavações nesta gruta em 1880, os resultados obtidos foram desde logo publicados internacionalmente, na revista “*Matériaux pour l’Histoire Primitive de l’Homme*”, sob a forma de síntese (DELGADO, 1880).

Com efeito, a importância internacional granjeada pelas investigações arqueológicas desenvolvidas pela Segunda Comissão Geológica de Portugal encontra-se bem evidenciada pela correspondência mantida pelos seus dirigentes com os mais importantes investigadores da época, a qual se estendia, frequentemente, à troca de espécimes arqueológicos entre as diversas instituições. Foi essa prática, então comum, que justificou o envio a John Evans, eminente arqueólogo inglês, de uma colecção de objectos pré-históricos portugueses (CARDOSO & MELO, 2001, carta n.º 8), entre os quais alguns da Casa da

Moura. Essas peças ainda hoje se encontram conservadas no Ashmolean Museum, em Cambridge.

No ano de 1863, efectuaram-se as primeiras identificações de estações pré-históricas de ar livre, os concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge (concelho de Salvaterra de Magos), afluentes da margem esquerda do rio Tejo, por iniciativa de Carlos Ribeiro, seu descobridor, inaugurando os trabalhos ali efectuados (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000; CARDOSO, 2015), os quais foram prosseguidos até à actualidade, tornando aquelas estações o mais notável núcleo do Mesolítico europeu.

Logo em 1864 Carlos Ribeiro mandou realizar ali a primeira escavação arqueológica, que na verdade foi a primeira que, com método científico foi efectuada em Portugal, escolhendo para tal efeito o concheiro do Cabeço da Arruda, tendo os resultados daqueles trabalhos sido publicados por F. Pereira da Costa (COSTA, 1865), beneficiando das informações que lhe foram fornecidas pelo seu colega da Comissão Geológica. No título da publicação, “Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo – primeiro opusculo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda”, era já patente a preocupação da demonstração da antiguidade do povoamento humano do território hoje português. Pereira da Costa mostra pleno domínio do objecto do seu estudo, estando bem informado dos progressos efectuados além-fronteiras neste tipo de depósitos, confirmando a alta valia científica do seu trabalho.

A monografia dedicada ao concheiro mesolítico do Cabeço da Arruda, corresponde, pois, à primeira obra de carácter científico relativa a uma estação pré-histórica portuguesa (1865).

Tendo sido nomeado membro correspondente do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Paris em Agosto de 1867, Pereira da Costa enviou uma Memória ao Congresso, intitulada “Monuments mégalithiques du Portugal”. Tal Memória respeitou a temática muito mais abrangente, distribuída por seis questões principais, de que a relativa aos dólmenes correspondia a uma delas, na qual se apresenta o inventário dos trinta e nove monumentos então registados (MORTILLET, 1868 d, p. 181 e seg.). As outras questões, em plena sintonia com as temáticas mais importantes discutidas na referida reunião, são as seguintes:

- 1.^a – Traces les plus anciennes de l’existence humaine;
- 2.^a – Habitation des cavernes, etc., etc.;
- 3.^a – Monuments mégalithiques;
- 4.^a – Apparition du bronze;
- 5.^a – Époque du fer;

6.^a – Races humaines préhistoriques.

Os comentários, ainda que muito sintetizados, correspondem à primeira síntese, ao nível do melhor que então se fazia além-Pirenéus, já que a qualidade e a diversidade da investigação então produzida em Portugal sobre os tempos pré-históricos não era acompanhada pela efectuada em Espanha, na década de 1860. A sua apresentação oral foi ilustrada por moldes em gesso expressamente preparados em Lisboa para o efeito – como o crânio da casa da Moura, antes referido – foi incluída no volume das actas, sob a forma de notícia apresentada por Gabriel de Mortillet (MORTILLET, 1868 a, b, c, d), embora tenha resultado em boa parte de trabalhos de campo realizados por outros membros da Comissão Geológica, designadamente Carlos Ribeiro e Nery Delgado, a par de outros, como Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral.

Em 1868, Pereira da Costa dá à estampa monografia sobre a mesma temática, onde publica conjunto de elementos por si coligidos em 1867 são discutidas com outras informações, que bem evidenciam a actualização dos conhecimentos do seu autor (COSTA, 1868). Esta obra constitui a primeira tentativa sistemática de registo e discussão de monumentos dolménicos no território português e uma das mais precoces efectuadas na Europa. Declarou então Pereira da Costa: “desejoso de dar ao congresso uma noticia sobre estes monumentos do nosso paiz, fiz uma digressão, em que empreguei apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peor estado no concelho de Castello de Vide, na provincia do Alemtéjo.” (COSTA, 1868, p. VII). Desta missão resultou lista de treze antas, das quais visitou 8 e promoveu a escavação de quatro, ainda que com fracos resultados. Além daqueles dados, coligiu ainda informações de outros cinquenta sepulcros megalíticos, baseando-se noutros autores, aparentemente, mas sem a sua confirmação *in loco*.

Daí a importância do seu desafio:

“Oxalá que este fraco começo disperte nas pessoas que se acharem em condições opportunas para ampliar os conhecimentos a este respeito, o desejo de fazerem conhecidos a existencia, e o estado d’estes monumentos, que apesar da devastação a que teem estado sujeitos, ainda abundam em algumas das nossas provincias, principalmente no Alemtejo e nas Beiras. Só depois de bem conhecida a distribuição d’estes monumentos no nosso paiz, é que se poderá conhecer a marcha que n’elle executou o povo que os construiu.” (COSTA, 1868, p. VIII).

Esta memória mereceu análise e divulgação além-fronteiras; com efeito, logo no mesmo ano, Gabriel de Mortillet apresenta notícia da mesma nos

seus “Matériaux pour l’Histoire de l’Homme” reproduzindo o inventário dos dólmenes identificados em Portugal segundo a lista apresentada por Pereira da Costa (MORTILLET, 1868 b).

Foi pena que o diferendo que se estabeleceu nessa altura entre os dois membros-directores da Comissão Geológica, ele próprio e Carlos Ribeiro (CARDOSO, 2015), tivesse, a curto prazo, ditado, na Primavera de 1868, o fim da instituição (CARDOSO, 2013 a) e, com ele, o da intensa investigação que Francisco Pereira da Costa nela vinha desenvolvendo. Com efeito, a dissensão já teria antecedentes, que explicam a suspensão da execução dos trabalhos tipográficos de um álbum ilustrado por litografias coloridas de exemplares pré-históricos coligidos pela Comissão Geológica, o qual se destinava a apresentação na Exposição Universal de Paris de 1867. É o próprio Pereira da Costa que o declara (COSTA, 1868 b, p. V). Esse conjunto de estampas, foi, entretanto publicado (CARREIRA & CARDOSO, 1996), permanecendo ainda por dar à estampa um belíssimo conjunto de dez litografias representado dolmens, e outros artefactos neles recuperados, cuja localização, salvo excepções, se desconhece.

Finda, de forma abrupta, a actividade arqueológica de Pereira da Costa, no domínio do megalitismo, tal lugar foi preenchido por Carlos Ribeiro.

O interesse de Carlos Ribeiro pelo estudo dos dólmenes da região de Belas remonta à década de 1870, tendo publicado em 1880 os resultados das escavações por si conduzidas (RIBEIRO, 1880), antecedidos por comunicação apresentada à Secção de Antropologia da Associação Francesa para o Progresso das Ciências, reunida em 1878 em Paris, intitulada “Dolmens et grottes sépulcrales du Portugal” (RIBEIRO, 1878 a). Nela dá notícia do início das escavações dos monumentos da região de Belas:

“A présent on a commencé des fouilles dans le groupe de Bellas, à 15 kilomètres N.-O. de Lisbonne; un dolmen est sans galerie au lieu dit Pedra dos Mouros, trois sont avec galerie, à Monte Abrao, à Estria, d’Aqualva”. Tal notícia encontra-se ilustrada por duas estampas, uma delas alusiva aos dólmenes de Carrascal/Aqualva e de Monte Abraão, outra aos objectos neles encontrados.

As antas referidas somam-se a outras, também identificadas no decurso dos reconhecimentos geológicos então efectuados na região de Lisboa, como as de Pedras Grandes, Alto da Toupeira 1, Batalhas, Casal do Penedo e Carcavelos. Também a publicação das quatro grutas artificiais do Casal do Pardo, exploradas pelo colector António Mendes em 1876, tinha sido planeada por Carlos Ribeiro, mas não foi concretizada, ao contrário da publicação da gruta

artificial da Folha das Barradas, na Granja do Marquês, publicada também em 1880, tal como o *tholos* do Monge, situado na serra de Sintra.

A par destas estações, foram exploradas no final da década de 1870 as grutas naturais da Cova da Raposa/Cova Grande¹ e Cova do Biguino, na região de Olelas (Sintra), só publicadas muito mais tarde e de forma genérica (NOGUEIRA, 1931), do Moinho da Moura (associada ao povoado de Leceia) (RIBEIRO, 1878 b), da Ponte da Laje, Oeiras (CARDOSO, 2013 b), e das grutas de Porto Covo e do Poço Velho, Cascais (GONÇALVES, 2008 a, 2008 b).

Enfim, a identificação do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), e a sua ulterior exploração sumária, já que Carlos Ribeiro se limitou à recolha de objectos dispersos à superfície do solo, corresponde a um novo passo no conhecimento do homem pré-histórico no território português, já que constituía, então, o único sítio de carácter habitacional de época neolítica conhecido em Portugal (RIBEIRO, 1878 b).

Plenamente comprovada na Europa a antiguidade quaternária (ou antediluviana) da espécie humana na década de 1860, importava ir ainda mais longe na busca das origens da Humanidade. É nessa preocupação, comum a investigadores diversos da Europa Ocidental, que se devem inscrever as investigações de Carlos Ribeiro sobre o “Homem terciário português”. Com efeito, Carlos Ribeiro contava-se entre os poucos pré-historiadores de então que tinham contribuído, com achados efectivos, para a discussão do Homem Terciário, que se tinha instalado na Europa da segunda metade do século XIX. Remonta a 1866 a primeira publicação sobre os depósitos quaternários das bacias cenozóicas do Tejo e do Sado (RIBEIRO, 1866). A importância destas investigações, associando as minuciosas observações de terreno a uma cartografia geológica de qualidade, levaram De Verneuil, então Presidente da Sociedade Geológica de França a convidar Carlos Ribeiro a apresentar comunicação àquela Sociedade, a qual se realizou no dia 17 de Junho de 1867 (RIBEIRO, 1867). Mas a inclusão no Quaternário de espessas séries de depósitos, que atingiam cerca de 400 m de potência, para além das assinaláveis deformações neles evidenciadas, estando alguns deles deslocados até à vertical, levou o referido geólogo, em carta pouco depois remetida a Carlos Ribeiro, a duvidar daquela classificação. Compreende-se que Carlos Ribeiro, com base nos critérios vigentes, tenha classificado como quaternárias a totalidade daquelas formações, dado que, nas assentadas mais antigas das mesmas, tenha encontrado artefactos supostamente talhados pelo Homem.

¹ No estudo que se espera dar à estampa em breve, concluiu-se que as grutas de Cova da Raposa e Cova Grande serão uma mesma realidade.

A incorporação no Quaternário da totalidade dos depósitos que faziam parte do seu Grupo Inferior, Médio e Superior, manteve-a Carlos Ribeiro até aos finais da década de 1860. Data dessa altura a redacção de um manuscrito que jamais se publicou, no qual defendia minuciosamente a cronologia proposta, só recentemente publicado (CARDOSO, 2013 a). Só quando tomou pleno conhecimento da possibilidade de, já no Terciário, ter existido um ser inteligente autor dos exemplares que ele admitia serem intencionalmente talhados, é que mudou de posição.

Com efeito, Carlos Ribeiro, em memória publicada em 1871, onde retoma muitas das observações contidas no manuscrito que não chegou a dar à estampa, incluiu, pela primeira vez, os terrenos do Grupo inferior e do grupo médio no Terciário (Miocénico e Pliocénico, respectivamente), reservando ao Quaternário apenas os do Grupo superior, declarando a tal propósito o seguinte:

“Hoje acabaram para nós todas as hesitações e dúvidas, que se tinham levantado no nosso espírito, nascidas unicamente da idéa preconcebida – que a espécie humana não tinha precedido na serie dos tempos geológicos o período diluvial ou quaternário –; e assim devia acontecer, depois dos estudos que ultimamente fizemos.” (RIBEIRO, 1871, p. 53).

Admite-se que a mudança de paradigma tenha resultado, não de novas observações de terreno, mas simplesmente de um amadurecimento das ideias por via de leituras entretanto efectuadas. Com efeito, o aparecimento de materiais por si considerados intencionalmente lascados nos depósitos do Grupo inferior deixou de constituir impedimento, a partir da segunda metade da década de 1860, para que eles não pudessem ser terciários: por toda a Europa, comprovada a antiguidade do Homem quaternário, procuravam-se afanosamente vestígios de uma humanidade muito mais antiga, remontando ao Terciário. E as leituras de obras dedicadas à questão, citadas exaustivamente no seu estudo de 1871, como o estudo do Abade Bourgeois sobre os sílex lascados da base do calcário de Beauce, apresentado em 1867 (RIBEIRO, 1871, p. 47), acabaram por dissipar no espírito do nosso geólogo as derradeiras dúvidas sobre a verdadeira idade das camadas dos seus Grupos inferior e médio.

Mas, mesmo antes, quando ainda admitia que tais camadas pudessem apenas remontar aos primeiros tempos do Quaternário, não deixava de exprimir o seu entusiasmo sobre a antiguidade da presença humana nestas regiões, como se pode ler noutra passagem do manuscrito (2.º Caderno) (in CARDOSO, 2013 a):

“É realmente admiravel extrahir um silex ou um quartzite do seio d’uma camada que tem por cima, assentadas de outras camadas com 50, 100 e 200 metros de espessura em cujas peças se reconhece que antes de ali se sepultarem já tinham passado pela mão do homem! Citaremos para exemplo: 1º um silex trabalhado extrahido por nós de uma camada de grés com pasta calcarea das visinhanças d’Alenquer e ao Norte desta villa, cuja camada vai metter por (baixo) da assentada de camadas de calcareo mais antiga do grupo. 2º uma faca de silex por nós tambem extrahida de uma camada de grés vermelho que afflora ao Sul e proximo da ponte d’Otta e pertencente à primeira assentada arenosa que cobre aquellas camadas de calcareos; 3º diversas peças de silex trabalhadas e colligidas tanto por nós como pelos Collectores da Comissão Geologica nas assentadas arenosas mais inferiores entre Rio Maior e Malaqueijo no Caminho de Santarem; 4º quartzites trabalhadas e nucleos da mesma rocha que servio para extrahir aquellas peças encontradas por nós em muitas diversas camadas que affloram na trincheira do Caminho de ferro entre as estações d’Abrantes e do Crato.”

Estas conclusões mereciam divulgação internacional, potenciada pela projecção do seu autor. Uma selecção dos melhores destes exemplares foi por ele apresentada na Sexta Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunida em 1871 em Bruxelas, logo no ano seguinte ao da publicação portuguesa (RIBEIRO, 1873). Os resultados foram, no entanto, recebidos globalmente com cepticismo, levantando-se dúvidas, ou sobre a autenticidade das peças apresentadas, ou, cumulativamente, sobre a idade dos próprios terrenos onde jaziam, que, para alguns congressistas, poderiam ser mais recentes do que julgava Carlos Ribeiro. O esclarecimento desta questão motivou outra intervenção, no mesmo congresso, igualmente publicada nas Actas, datadas do ano seguinte. Não desanimou, porém, o nosso geólogo. Por ocasião da Exposição Internacional de Paris, de 1878, Carlos Ribeiro levou consigo 95 exemplares que então ali foram expostos. Deste conjunto, Cartailhac, separou vinte e dois, nos quais admitiu vestígios irrefutáveis de trabalho humano, reproduzindo oito deles em 1879 (CARTAILHAC, 1879). Também em 1885, na segunda edição do seu manual de Arqueologia Pré-Histórica, de larga difusão internacional, “Le Préhistorique” Gabriel de Mortillet referiu que, já em 1878 tinha considerado os mesmos 22 artefactos como possuindo vestígios de trabalho intencional (MORTILLET, 1885, p. 99, nota 1). Começava, pois, a dar frutos, a persistência de Carlos Ribeiro: era o próprio que, a tal respeito, declarava, em 1871, o seguinte:

“A indiferença, e mais ainda a opposição que, no animo da maior parte das pessoas dedicadas ao estudo des sciencias e de litteratura, encontraram as descobertas

relativas ao homem primitivo ou ante-diluviano, tiveram diversas causas entre as quais podemos mencionar: a duvida que se manifesta sempre em receber factos e descobertas novas, quando se não harmonizam ou estão em desaccordo com as idéas geralmente recebidas; os preconceitos e o fanatismo cego que muitos homens teem pelas theorias, preferindo antes morrer abraçados a ellas do que prestar homenagem à evidencia dos factos e à verdade; e por fim a pouca vontade do maior numero em trocar os gozos e confortos domesticos pelos incommodos inevitaveis das viagens e explorações, quando teem um fim puramente scientifico” (Ribeiro, 1871, p. 33).

A predisposição da comunidade científica para a discussão mais pormenorizada desta questão tinha sido, no entanto, conseguida, reunindo-se as condições para se efectivar em Lisboa, em 1880, a Nona Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, em que Carlos Ribeiro teve papel decisivo.

A história deste Congresso e os sucessos que nele tiveram os mais notáveis arqueólogos portugueses, já foi minuciosamente descrita (GONÇALVES, 1980; CARDOSO, 1999/2000). É de destacar o papel no Congresso dos membros da então designada Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, onde Nery Delgado apresentou notável estudo da gruta da Furninha, Peniche (DELGADO, 1884), tendo Carlos Ribeiro, nomeado Secretário-Geral da reunião, encerrado a sua contribuição para o conhecimento dos concheiros de Muge com comunicação, publicada postumamente (RIBEIRO, 1884 a), onde publicou fotografia das extensas escavações realizadas nesse mesmo ano no concheiro do Cabeço da Arruda, visitado pelos congressistas, e que bem evidencia a qualidade com que foram realizadas as mesmas.

A 21 de Setembro de 1880, Carlos Ribeiro apresentou a comunicação “L’Homme tertiaire en Portugal” (RIBEIRO, 1884 b), a única a que o Rei D. Luís assistiu. No final, foi constituída uma comissão, a qual reuniu, após a excursão à região de Ota, realizada no dia seguinte. Nela, já não participou Carlos Ribeiro, devido à doença que o viria a vitimar dois anos depois. Foi então recolhida uma lasca de sílex, por um dos congressistas, considerada inquestionavelmente talhada, oriunda do interior do depósito conglomerático, para além de muitas outras, que jaziam à superfície.

Reunida a Comissão, o resultado saldou-se a desfavor da intencionalidade de talhe das peças consideradas como recolhidas *in situ* e portanto da legitimidade do “Homem terciário português”, por seis votos contra cinco. Virchow, o eminente professor de Antropologia da Universidade de Berlim e declarado opositor da autenticidade das descobertas, na qualidade de presidente

da Comissão, encerrou o memorável debate – pormenorizadamente transcrito por P. Choffat (CHOFFAT, 1884) – nos seguintes termos (p. 118):

“Personne ne demandant la parole, la séance va être levée. Ce n’est par une méthode scientifique que de trancher les questions à la majorité des votants. Il faut donc remettre la décision à un autre Congrès.”

Declarado defensor do Homem terciário português, Gabriel de Mortillet, autor da já referida obra de larga divulgação internacional “Le Préhistorique”, levou tal convicção ao extremo de baptizar o autor destes supostos artefactos (os eólitos), com o nome científico de *Anthropopithecus ribeiroii* (MORTILLET, 1885, p. 105), convicção que explica a reprodução de um dos exemplares, já apresentado por Cartailhac em 1879, e ainda mantida em 1905 pelo próprio, na edição mais recente da referida obra.

O nome arrevezado desta latinização forçada não passou despercebido ao humor ácido de Camilo Castello-Branco, num livrinho intitulado “O General Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)” (CASTELLO-BRANCO, 1884).

As questões científicas discutidas tiveram larga repercussão na opinião pública da época, merecendo especialmente extensas reportagens na revista “*Occidente*” e no jornal humorístico “O Antonio Maria” onde, pela pena de Rafael Bordalo Pinheiro, os diversos acontecimentos ocorridos e os próprios congressistas foram implacavelmente retratados, merecendo Carlos Ribeiro e o seu Homem terciário uma especial atenção, de respeito afectuoso, também patente numa outra caricatura, em que tenta furtar um osso da sacola de outro Congressista, o Prof. Pigorini, entretido a admirar com outro colega o conteúdo de uma vitrina, por ser a única prova que faltava para demonstrar cabalmente a autenticidade do Homem terciário.

A questão do Homem Terciário, no que respeita ao nosso país, só foi encerrada definitivamente em 1941/1942, por Henri Breuil e Georges Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942).

Uma das mais importantes consequências, no plano científico, da célebre reunião de Lisboa, foi a criação da Cadeira de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica, em 1885, na Universidade de Coimbra: era, na verdade, a síntese programática da própria actuação da Segunda Comissão Geologica de 1857 no domínio do Homem Fóssil. Foi seu primeiro “lente proprietário” Bernardino Machado, a quem se deve, enquanto Ministro das Obras Públicas, a fundação, em 1893, do Museu Ethnologico Português, o actual Museu Nacional de Arqueologia, sob a direcção de José Leite de Vasconcellos (1858-1941). Assim se concretizou, com outros protagonistas, de

objectivos e formação distintas, o prosseguimento dos estudos de Arqueologia Pré-Histórica no nosso País, encerrando-se, a primeira fase da Arqueologia portuguesa, corporizada pelos membros da segunda Comissão Geológica de Portugal, talvez a mais inovadora, original e brilhante de todas, apesar da sua curta duração, luminoso momento, que, por ser tão fugaz, mais destacou o prestígio e a excepcionalidade dos seus escassos protagonistas.

Referências

- ARGOTE, J. Contador de (1732-1747) – *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*. 4 vols. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva.
- AZEVEDO, E. (1889) – *O Homem prehistorico*. Coimbra: Typographia das instituições christãs.
- BARATTA, C. Jesam (1718-1719) – *Recreaçam proveytosa*. 2 vols. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 1 – Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa : Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).
- CARDOSO, J. L. (1999/2000) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o “Homem Terciário”: resultados e consequências na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 33-54.
- CARDOSO, J. L. (2013 a) – Carlos Ribeiro, a “Breve noticia acerca do terreno quaternário de Portugal”, e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.
- CARDOSO, J. L. (2013 b) – Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma homenagem. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 11-20.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In BICHO, N., DETRY, C.; PRICE, T. D. & CUNHA, E., *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.
- CARDOSO, J. L. & MELO, A. A. (2001) – Correspondência anotada de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado: contribuição para a história da Arqueologia em Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 88, p. 309-346.

- CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.
- CARTAILHAC, E. (1879) – L'Homme tertiaire. *Matériaux pour l'Histoire Primitive de l'Homme*. Toulouse. 11, p. 433-439.
- CASTELLO-BRANCO, C. (1884) – *O general Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)*. Porto: Livraria Civilização.
- CHOFFAT, P. (1884) – Excursion a Muge. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne : Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 68-72.
- COSTA, A. Carvalho da (1706, 1708, 1712) – *Chorografia portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 3 vols.
- COSTA, F. A. Pereira de (1865) – *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa, Comissão Geológica de Portugal.
- COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descripção de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- CUVIER, G. (1812) – *Recherches sur les ossemens fossiles de quadrupèdes*. 4 vols. Paris: Deterville.
- CUVIER, G. (1830) – *Discours sur les révolutions de la surface du Globe*. 6.^a edição. Paris : Edmond d'Ocagne.
- DARWIN, C. (1859) – *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. Londres: John Murray.
- DAWKINS, *Early man in Britain and his place in the Tertiary Period*. London: Macmillan & Co.
- DELGADO, J. F. Nery (1867) – *Noticia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- DELGADO, J. F. Nery (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne : Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 207-278.

- DELGADO, J.F.N. (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Materiaux pour L’Histoire Primitive de l’Homme*. Toulouse. 11, p. 241-247.
- DIAS, J. A. ; RODRIGUES, A. & MAGALHÃES, F. (1997) – Evolução da linha de costa em Portugal, desde o último máximo glaciário: síntese dos conhecimentos. *Estudos do Quaternário*. Lisboa. 1, p. 53-66.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da “crónica” de Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- LAFITAU, J. (1724) – *Moeurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps*. 2 vols. Paris : Saugrain & Hochereau.
- LYELL, C. (1863) – *The antiquity of Man with remarks on theories of the origin of Species by variation*. London: John Murray.
- LYELL, C. (1864) – Découverte supposé d’un os maxillaire inférieure humain dans la couche supérieure du terrain de Moulin-Quignon, dans les environs d’Abbeville. In *L’Ancienneté de l’Homme. Appendice*. Paris : J. B. Baillière et Fils, p. 14-19.
- MERCATI, M. (1717) – *Metalloteka*. Roma: Ex Officina Jo: Mariae Salvioni.
- MILNE EDWARDS, H. (1863) – Sur les résultats fournies par une enquête relative à l’authenticité de la découverte d’une Mâchoire humaine et de Haches en silex, dans le terrain diluvien de Moulin-Quignon. Note. *Compte-rendus de l’Académie des Sciences Paris*. Paris, 56, séance du 18 mai 1863.
- MORTILLET, G. de (1868 a) – Objets préhistoriques de Portugal. In *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques. Deuxième Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 31-33.
- MORTILLET, G. de (1868 b) – Grottes de Cesareda, Portugal. *Matériaux pour l’Histoire Primitive de l’Homme*. Paris. 4, p. 57-60.
- MORTILLET, G. de (1868 c) – Dolmens de Portugal. *Matériaux pour l’Histoire Primitive de l’Homme*. Paris. 4, p. 336-339
- MORTILLET, G. de (1868 d) – Monuments mégalithiques du Portugal. *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques. Deuxième Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 180-185.
- MORTILLET, G. de (1885) – *Le Préhistorique*. 2.^a edição. Paris : C. Reinwald.
- NOGUEIRA, A. M. (1931) – Estação prehistórica de Olelas. Elementos para o seu estudo. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 17, p. 105-124.

- PERTHES, Boucher de (1847, 1857, 1864) – *Antiquités celtiques et anté-déliennes. Mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine*. Paris : Treuttel & Wurtz, Libraires. 3 vols.
- PERTHES, Boucher de (1864) – *De la mâchoire humaine de Moulin-Quignon: nouvelles découvertes en 1863 et 1864*. Paris : Jung-Treuttel, Derache, Dumoulin, V. Didron.
- RIBEIRO, C. (1866) – *Estudos geologicos. Descrição do solo quaternario das bacias hydrographicas do Tejo e Sado*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- RIBEIRO, C. (1867) – Note sur le terrain quaternaire du Portugal. *Bulletin de la Société Géologique de France*. Paris. Série 2, 24, p. 692-717.
- RIBEIRO, C. (1871) – *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIBEIRO, C. (1873) – Sur des sílex taillés découverts dans les terrains miocène et pliocène du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Bruxelles, 1872)*. Compte-Rendu de la sixième session. Bruxelles : C. Muquardt, p. 95-100.
- RIBEIRO, C. (1878 a) – Dolmens et grottes sépulcrales du Portugal. *Matériaux pour L'Histoire Primitive de L'Homme*. Paris, Série II, 9, p. 446-447.
- RIBEIRO, C. (1878 b) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I – Notícia da estação humana de Licêa..* Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa. Reedição de 1991 – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 1. Notas e comentários de J. L. CARDOSO.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das vizinhanças de Bellas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- RIBEIRO, C. (1884 a) – L'Homme tertiaire en Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne : Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 81-92.
- RIBEIRO, C. (1884 a) – Les Kioekkenmoeddings de la vallée du Tage. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. Compte-Rendu de la neuvième session. Lisbonne : Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 279-289.

- SALDANHA, Marechal Marquez de (1845) – *Concordancia das Sciencias Naturaes e principalmente da Geologia com o Genesis*. Vienna d' Austria: Typographis dos PP. Mechitaristas.
- SALDANHA, Marechal Duque de (1863) – *Concordanza delle Scienze Naturali e principalmente della Geologia com la Genesi*. Roma: Tipografia Salviucci.
- SANTOS JUNIOR, J. R. (1934) – As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 6 (3), p. 185-222.
- SANTOS, M. Farinha dos (1980) – Estudos de Pré-História em Portugal de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 26 (2), p. 253-297.
- ZILHÃO, J. (1993) – As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série X, 3, p. 111-125.